

25 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Justiça analisa afastamento de ex-presidente da Assembleia

Duas novas ações civis foram ajuizadas contra o deputado estadual Nelson Justus (DEM), acusado de formação de quadrilha e lavagem de dinheiro no período em que exerceu a Presidência da Assembleia Legislativa do Paraná, entre 2007 e 2010. Os juízes Tiago Gagliano Pinto Alberto e Patrícia de Almeida Gomes Bergonse irão analisar os pedidos de afastamento de Justus do cargo de deputado. Há ainda solicitação de bloqueio dos bens dele e de outros réus.

25 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Justiça analisa afastamento de Justus

Duas ações por improbidade administrativa foram protocoladas na última semana contra o deputado, com mais um pedido de bloqueio de bens

| *Katia Brembatti e Diego Ribeiro*

▮ Duas novas ações civis foram ajuizadas nos últimos dias contra o deputado estadual Nelson Justus (DEM). Os processos são desdobramentos cíveis decorrentes da denúncia criminal protocolada contra Justus, acusado, juntamente com 31 pessoas, de formação de quadrilha e lavagem de dinheiro no período em que exerceu a presidência da Assembleia Legislativa do Paraná, entre 2007 e 2010.

Ou seja, os crimes supostamente praticados serão analisados pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), mas as atitudes do deputado e de sua rede de servidores também teriam re-

presentado improbidade administrativa, que serão julgadas na 2.^a e na 5.^a Varas de Fazenda Pública.

Os processos cíveis estão nas mãos dos juízes Tiago Gagliano Pinto Alberto e Patrícia de Almeida Gomes Bergonse, que estão analisando pedidos de afastamento de Justus do cargo de deputado. Há ainda solicitação para que os bens dele e dos demais réus sejam bloqueados até a quantia de R\$ 21 milhões — sendo R\$ 13 milhões equivalente ao valor que precisaria ser devolvido aos cofres públicos por irregularidades praticadas e mais R\$ 9 milhões referente a multas.

O deputado estadual Alexandre Curi (PMDB), que foi primeiro secretário da Assembleia entre 2007 e 2010, também é réu em uma ação e o ex-diretor-geral Abib Miguel é réu na outra. As informações foram conseguidas com fontes ligadas ao Judiciário.

As ações foram propostas pela Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público e são bem enfáticas sobre as responsabilidades de Justus. Uma das peças processuais questiona a contratação de mais de 100 servidores que, em depoimento, reconhece-

ram que exerciam funções que em nada tinham relação com o trabalho de funcionários da presidência de um poder legislativo. Alguns admitiram que prestavam serviços diretos ao presidente, atendendo aos interesses dele, e não da população paranaense que custeia o pagamento dos salários. Já a outra ação enfoca na rede de pessoas contratadas supostamente para serem fantasmas, para que todo ou parte do salário delas fosse recolhido pelos integrantes da quadrilha.

No entendimento do Ministério Público, Alexandre Curi, na condição de primeiro secretário da Assembleia à época, tinha conhecimento e colaborava, mesmo que indiretamente, para que o ex-presidente conseguisse manter uma rede ilegal de servidores.

Para os promotores, Justus transformou o corpo funcional da Presidência “numa máquina político-eleitoreira em seu benefício.” Procurados pela *Gazeta do Povo*, os dois deputados não quiseram comentar o ajuizamento das ações nem se defender das acusações.

CONTINUA

25 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

“O que se tem é que um Deputado Estadual [...] abandonou os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que norteiam a administração pública brasileira, para agir de forma exatamente inversa da expectativa de seus subalternos, de seus colegas, da própria sociedade e da população carente e desassistida de nosso Estado.”

Trecho da ação contra
Nelson Justus.

CONTINUA

25 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Nomeações para a presidência foram ilícitas, diz MP

Após investigar as contratações de funcionários do gabinete da Alep à época, promotores descobrem que quase todas foram irregulares

Katia Brembatti e Diego Ribeiro

Todas as contratações de funcionários para o gabinete da presidência da Assembleia Legislativa no período entre 2007 e 2010 foram alvo de investigação do Ministério Público. E o que os promotores descobriram é que quase todas as nomeações de funcionários foram ilícitas. As informações constam na ação criminal contra o ex-presidente Nelson Justus e também nas duas ações cíveis que foram ajuizadas na semana passada.

No entendimento dos promotores, houve nomeação indiscriminada para cargos em comissão, cujos ocu-

pantes não realizavam funções de chefia, direção e assessoramento superior, em violação ao que diz a lei sobre as atividades do funcionário comissionado (cargo em confiança, sem exigência de concurso público).

Entre as contratações estavam pessoas escolhidas para executar “tarefas de interesse pessoal e político-eleitoreiro do réu Nelson Justus, inclusive com práticas de assistencialismo”, diz a ação, inclusive com prática de clientelismo, com a nomeação de vários líderes políticos e parentes, caracterizando compra de apoio em vários municípios do Paraná. Ainda teria ocorrido clientelismo interno. Ou seja, funcionários eram nomeados na Presidência e depois cedidos a deputados, “garantindo assim prestígio e apoio interno de seus pares”.

Também foram nomeados para o gabinete da Presidência profissionais que nada tinham relação com o local de trabalho, como fonoaudiólogo, dentista e assistente social. Nas contas do MP foram en-

contrados 119 servidores — somente entre os lotados na Presidência — cujas funções efetivamente exercidas eram incompatíveis com a natureza de cargo em comissão. Destes, 45 teriam realizado apenas tarefas de interesse pessoal e político-eleitoreiro de Justus, diz a ação.

“Custeou com dinheiro público uma campanha eleitoral permanente, tendo, inclusive, ‘comprado apoio de vários líderes políticos’, auferindo assim vantagem patrimonial indevida, uma vez que manteve uma estrutura político-eleitoreira sem nada gastar”, alegam os promotores. Assim, a investigação soma os salários pagos a todos esses funcionários e pede que o valor seja ressarcido. Só nessa centena de casos de servidores mencionados foram gastos R\$ 7 milhões.

Para o MP, entre os motivos que justificam o afastamento de Justus da função de deputado estadual está o fato de que o réu tem condições e meios de influenciar nos depoimentos das testemunhas.

CONTINUA

25 MAR 2015

GAZETA DO POVO

HISTÓRICO

Gasto com funcionários salta de R\$ 83 mil para R\$ 1 milhão

Nas duas ações cíveis constam irregularidades praticadas na Assembleia e já mostradas nos últimos dias na **Gazeta do Povo**. Os promotores mostraram que a presidência, na época de Nelson Justus, chegou a ter dez vezes mais funcionários do que o limite permitido. Quando assumiu, o gabinete tinha 21 funcionários e depois saltou para 184 – sendo que poderia ter, no máximo, 18. O custo mensal do gabinete com folha de pagamento passou de R\$ 83 mil, antes da posse de Justus, para até R\$ 1 milhão.

CONTINUAÇÃO

As investigações também mostraram que Luiz Alexandre Barbosa, homem de confiança de Justus, chegou a fazer, num único dia, 17 saques de contas correntes distintas de funcionários da Assembleia, no prazo de quatro minutos, totalizando R\$ 88 mil. Um caixa bancário reconheceu, em depoimento, que, depois de proibir que Barbosa movimentasse contas em nome de outros servidores, muitos funcionários sacavam o salário e entregavam para Barbosa ainda na porta do banco. A letra de Barbosa constava em centenas de cheques, de vários funcionários lotados na presidência. Os promotores mostraram também que os salários de servidores

fantasmas eram usados para comprar veículos, com pagamento em “dinheiro vivo”, como uma das formas para tentar legalizar os recursos ilegais. O esquema de desvio de recursos públicos veio à tona com a série Diários Secretos, divulgada pela **Gazeta do Povo** e pela RPC em 2010. A nomeação dos servidores era feita por meio de Diários Oficiais que ficavam ocultos – o que impedia que a sociedade pudesse fiscalizar o cumprimento da jornada dos servidores. Desde então, 14 pessoas envolvidas em irregularidades na Assembleia Legislativa foram condenadas em função das denúncias. Uma dezena de ações ainda tramita na Justiça. (KB)

25 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Abi teria influência na Receita, diz suspeito

Segundo Caramori, parente de Richa tinha importância fundamental na estrutura política do estado

LONDRINA

Fábio Silveira, do JL

O empresário Luiz Abi Antoun, "primo" do governador Beto Richa (PSDB), teria influência na Receita Estadual, a ponto de indicar nomes para ocupar cargos no órgão. A informação é de Marcelo "Tchello" Caramori, ex-assessor da Casa Civil do governo preso em janeiro sob a suspeita de envolvimento num esquema de favorecimento à prostituição de adolescentes.

Caramori afirmou, em depoimento prestado ao Ministério Público, que Abi tinha importância fundamental na estrutura política do estado. Segundo ele, Abi tem um grau de influência no governo.

Outra declaração do ex-assessor explica o episódio em que Abi foi "apagado" de uma foto na qual ele estava dentro do gabinete de Richa. É que Abi se preocupa em não aparecer em fotografias, segundo o depoente.

Abi ficou preso uma semana, até o juiz substituto da 2.^a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, Márcio José Tokars, conceder habeas corpus a ele, revogando o mandado de prisão preventiva. No seu despacho, Tokars alega que o Ministério Públi-

co não conseguiu comprovar a influência de Abi no governo Richa.

Além das prisões que estão sendo revogadas (leia texto acima), o juiz da 3.^a Vara Criminal de Londrina, Juliana Nanúncio, quebrou os sigilos telefônico, telemático (mensagens de texto) e bancário de Abi e dos outros investigados. Um dos argumentos do TJ para liberar os suspeitos é que essas medidas, deferidas pela 3.^a Vara, garantem o andamento das investigações.

As denúncias sobre os fiscais, que são suspeitos de usar uma "tabela" da propina e um "portfólio" da corrupção, são objeto da Operação Publicano, deflagrada na semana passada pelo Gaeco, com o cumprimento de 19 mandados de prisão.

As defesas de Abi e Caramori não quiseram comentar o assunto.

Secretário

O secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, afirmou nesta terça-feira (24), em entrevista por telefone, que vê indícios de desvio de conduta de agentes da Receita Estadual em Londrina. "Há indícios, tanto é que estamos criando um grupo de trabalho para rever tudo o que esses funcionários fizeram", afirmou.

Segundo o secretário, o governo abriu um processo de investigação na Corregedoria e já buscou informações no Ministério Público e no Judiciário referentes ao caso para

conhecer todas as provas e indícios levantados. "Estamos trabalhando também em cima das informações do auto de busca e apreensão para podermos fazer a nossa própria fiscalização", disse.

Segundo Costa, a Secretaria da Fazenda tem investigado permanentemente desvios de funcionários, o que seria comprovado pelo fato de que houve 12 demissões nos últimos anos. "Agora, estamos investigando mais 13. O importante é deixar claro que quem cometer desvios vai ser punido", afirmou.

Colaborou: Rogerio Waldrigues Galindo.

CONTINUA

25 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

JUDICIÁRIO

Após Abi, mais três investigados são soltos

Depois de liberar o empresário Luiz Abi Antoun, "primo" do governador Beto Richa (PSDB) na segunda-feira (23), o Tribunal de Justiça do Paraná concedeu mais três habeas corpus a presos na Operação Voldemort, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). O ex-diretor do Departamento de Transportes (Deto) Ernâni Delicato, o advogado José Carlos Lucca e Ismar Ieger, considerado pela investigação "laranja" de Abi na Providence Auto Center, foram os beneficiados pelas decisões do juiz substituto Márcio José Tokars, da 2ª Câmara Criminal do TJ, o relator do processo. Delicato não chegou a ser preso: desapareceu em 11 de março, cinco dias antes da decretação das prisões preventivas. Já Lucca

foi detido na segunda-feira da semana passada (16), quando a operação foi deflagrada.

Das seis pessoas com prisões preventivas decretadas, apenas duas continuam presas: Roberto Tsuneda, sócio de Abi na KLM; e Paulo Roberto Midauar, empresário de Bandeirantes.

O promotor Cláudio Esteves disse que "o Ministério Público só tem a lamentar as decisões" e "vai estudar novas medidas para tentar revertê-las".

Investigações

A Providence, que segundo as investigações seria de propriedade de Antoun, ganhou um contrato emergencial de seis meses com o governo do estado, por meio de uma licitação considerada fraudulenta. O contrato custaria até R\$ 1,5 milhão aos cofres públicos, mas foi cancelado assim que o Gaeco deflagrou a Operação Voldemort. (FS)

25 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Dinheiro na casa de ex-coordenador do TC indica 'propina parcelada', diz Gaeco

Envelopes de R\$ 59.950 teriam sido entregues em datas anteriores à prisão em flagrante de Luiz Bernardo Dias Costa

Amanda Audi e Diego Ribeiro

¶ Cinco envelopes recheados com dinheiro vivo, somando R\$ 59.950, foram encontrados na casa do ex-coordenador-geral do Tribunal de Contas do Paraná (TC) Luiz Bernardo Dias Costa, durante cumprimento de mandado de busca e apreensão em junho de 2014. Segundo o Gaeco, braço do Ministério Público, os pacotes indicam que a empreiteira Sial, que havia recentemente vencido uma licitação no tribunal, estaria pagando propina de forma parcelada a servidores do TC.

Os envelopes teriam sido entregues em datas anteriores à prisão em flagrante do ex-coordenador, após receber uma mala com R\$ 200 mil de executivos da Sial, em junho. O montante seria mais uma "parcela" da propina — que ao final ultrapassaria R\$ 2 milhões, segundo o Gaeco.

A Gazeta do Povo obteve as imagens da prisão de Costa. O vídeo mostra o ex-coordenador saindo da sede da Sial com uma mala. Ao ser abordado pelos agentes, ele a abre e mostra maços de dinheiro, que afirma serem "honorários".

Os pagamentos seriam uma contrapartida pelo fato de a Sial ter vencido uma licitação de R\$ 36,4 milhões para construir um prédio anexo ao tribunal no ano passado, mesmo sem cumprir todas as exigências do edital. As informações constam de denúncia do Ministério Público.

"Propinão" e ameaça

Segundo a investigação, teria sido justamente o alto preço cobrado de propina que teria afugentado outras empresas com interesse na obra. Uma gravação encontrada no celular do filho do proprietário da Sial, Pedro Henrique Rossi, e juntada na denúncia, mostra uma tentativa de dissuadir a construtora RAC (que havia apresentado a proposta mais vantajosa) de continuar na concorrência.

Rossi dá a atender que a única empresa com capacidade para cumprir a exigência seria a própria Sial. "Eles pediram um valor alto, altíssimo", disse, se referindo ao

tribunal. "Agente pode cumprir com este acordo. É pesado, é antecipado", afirmou.

Pedro Henrique antecipa à RAC que todas as propostas seriam inabilitadas pelo TC e apenas a Sial retornaria (o que de fato ocorreu). Ele então pede para que a empresa não entre com recurso contestando a decisão, porque isso poderia "melar todo o processo".

Em seguida, o executivo da Sial faz uma ameaça velada: "Como volto a dizer, é o Tribunal de Contas. A retaliação vai vir mais cedo ou mais tarde por parte deles".

"Extremamente grave"

Apesar das provas coletadas, a denúncia foi suspensa, mas não extinta, pelo Tribunal de Justiça na semana passada, até o julgamento do mérito de reclamação da Sial. "A situação é inigualavelmente grave, eis que é justamente o Tribunal de Contas quem fiscaliza, por exemplo, as contratações e licitações realizadas pelo Poder Público", diz uma parte da denúncia.

Os advogados dos envolvidos alegam que as provas que fundamentaram a denúncia do MP não são válidas. Isso porque elas teriam sido originadas em interceptações telefônicas que foram anuladas pelo TJ no ano passado. O TC informa que a licitação foi cancelada e nenhum pagamento efetivado.

CONTINUA

25 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

INVESTIGAÇÃO

Sindicância no STJ está parada há meses

¶ Por ser conselheiro do Tribunal de Contas e contar com foro privilegiado, o ex-presidente do TC Artagão de Mattos Leão está sendo investigado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A sindicância, porém, não tem andamento há meses. O Gaeco enviou os autos para a Corte e foi iniciada uma sindicância, no ano passado. Em setembro, o relator do caso, ministro Mauro Campbell Marques, determinou que o Ministério Público Federal deveria tomar providências em até 15 dias. Mas apenas em novembro os documentos chegaram na procuradoria. E desde então não houve novidade. Apesar de não citar Artagão, a denúncia formulada pelo Ministério Público Estadual na semana passada cita que três envolvidos na suposta fraude eram diretamente ligados a ele. A reportagem tentou entrar em contato com Artagão em diversas ocasiões, mas nunca obteve retorno. Em 2014, ele foi questionado pessoalmente sobre o caso, mas se limitou a dizer que “não havia investigação” sobre a sua pessoa. (AA)

Nova edição do 'pacotão' mantém itens polêmicos

25 MAR 2015

Governo reenviou à Assembleia o projeto de ajuste fiscal, preservando temas como a redução do teto das requisições de pequeno valor

| *Euclides Lucas Garcia*

Quase dois meses depois da ocupação da Assembleia Legislativa, o governo do Paraná reenviou à Casa o "pacotão" de ajuste fiscal. Desta vez, porém, nenhuma medida retira benefícios dos servidores (veja tabela abaixo). Os secretários da Casa Civil, Eduardo Sciarra, e da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, foram pessoalmente levar a proposta aos deputados.

O projeto prevê, por exemplo, o refinanciamento de débitos com o estado e a venda, no mercado privado, de dívidas a receber. Por outro lado, a proposta mantém itens polêmicos, como a redução do teto das chamadas requisições de pequeno valor (RPVs). Entre corte de despesas e aumento de receitas, o Executivo espera obter um saldo positivo de até R\$ 2 bilhões.

Encaminhado nesta terça-feira (24) ao Legislativo, o projeto 212/2015 prevê mais de uma dezena de medidas consideradas fundamentais pelo governo para tirar o estado da péssima situação financeira atual. A mais com-

plexa delas permite ao Executivo vender débitos que tem a receber, no mercado privado, na forma de debêntures, a serem emitidas por Sociedade de Propósito Específico ou Fundo de Investimento. Essa foi a forma encontrada para antecipar fluxos de caixa futuros com impostos em atraso sem comprometer a capacidade de endividamento prevista em lei.

Para atrair compradores — e devedores —, o governo aposta num programa de refinanciamento de dívidas contraídas até 2014, que oferecerá descontos de até 75% no valor das multas e de até 60% no valor dos juros.

A oposição, no entanto, afirma que, com esses mecanismos, o estoque atual de créditos de cerca de R\$ 6 bilhões seria negociado por, no máximo, R\$ 3 bilhões, para cobrir o "furo de caixa" provocado pelo próprio governo.

Outra crítica — endossada pela Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR) — recai sobre a redução do teto das RPVs. Hoje, se alguém ganha uma causa contra o estado cujo valor é inferior a 40 salários mínimos (cerca de R\$ 31,5 mil), o governo não pode pagar em precatórios — é obrigado a retirar esses valores do caixa em 60 dias. O "pacotão", porém, prevê a redução desse valor para R\$ 12 mil, além de aumentar o prazo de pagamento para 90 dias.

Na prática, por exemplo, o dono de uma oficina mecâ-

nica que tiver R\$ 13 mil a receber do governo iria para a fila de precatórios, que atualmente está pagando papéis datados de 1996. Pequenos negócios inevitavelmente ficariam inviabilizados sem esses recursos. A **Gazeta do Povo**, Richa havia dito que, em acordo com a OAB, a medida não seria mais enviada à Assembleia.

Defesa

Líder do governo no Legislativo, o deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB) defendeu o ajuste fiscal, que, segundo ele, vai aumentar as receitas do estado e promover uma racionalização administrativa no Executivo.

"Além disso, o projeto não afeta em nada o servidor público. Zero", ressaltou o peemedebista, que espera aprovar a proposta num período de 20 a 30 dias.

PREVIDÊNCIA

Os servidores estaduais realizam um seminário a partir das 9 horas desta quarta-feira (25), em Curitiba, para discutir a nova proposta do governo do estado para reestruturar a Parana Previdência. A ideia inicial é devolver ao Fundo Previdenciário os inativos com mais de 73 anos e, assim, gerar uma economia mensal de cerca de R\$ 125 milhões ao caixa do Executivo. Apesar do pedido dos servidores por mais tempo para debater o tema, o projeto deve chegar à Assembleia no início do mês que vem.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

25 MAR 2015

AJUSTE FISCAL

Veja o que prevê o "pacotão" do governo do estado reenviado à Assembleia Legislativa:

REFIS

Reduz multas em até 75% e juros em até 60% para contribuintes que procurarem o estado para quitar débitos não pagos.

DEVEDORES

Contribuintes que deixarem de pagar ICMS por oito meses num período de um ano ou cuja dívida ultrapassar 30% do patrimônio ou do faturamento anual da empresa poderão ter bens arrolados e perderão benefícios fiscais.

NEGOCIAÇÃO

Permite a venda de débitos que o estado tem a receber na forma

de debêntures, que serão negociadas no mercado privado.

A PAGAR

Reduz o teto das causas judiciais que o governo é obrigado a pagar em dinheiro e não em precatórios, as RPVs. O limite passará de 40 salários mínimos (R\$ 31,5 mil) para R\$ 12 mil, e o prazo de pagamento, de 60 para 90 dias.

COPEL

Autoriza a renegociação de uma dívida bilionária do estado com a Copel, na tentativa de reduzir os juros pagos hoje.

FUNDOS

Libera os recursos dos fundos estaduais, que hoje têm destinação específica para as atividades às quais se relacionam, para o pagamento de pessoal.

ALIADOS

Governistas derrubam pedido de informações sobre Abi

¶ A bancada governista rejeitou, nesta terça-feira (24), requerimento do deputado Requião Filho (PMDB) em que ele questionava o Executivo sobre o número de vezes que Luiz Abi teria sido recebido no gabinete pelo governador Beto Richa (PSDB) nos últimos quatro anos. No documento, o peemedebista também pedia informações sobre deslocamentos de avião, helicóptero ou carro do Executivo que Abi teria feito na companhia do governador. A base aliada argumentou que o requerimento era uma "provocação para criar um factóide político". (ELG)

GUERRA FISCAL

Autoriza o governo a dar tratamento diferenciado de ICMS, para manter a competitividade dos produtos paranaenses.

CADIN

Cria um banco de dados que reunirá o nome dos contribuintes em débito, para facilitar a cobrança dos inadimplentes.

NOTA FISCAL

Programa que permitirá ao cidadão receber de volta até 30% do ICMS pago pelo estabelecimento comercial ao governo.

FDU

Acaba com a vinculação do fundo a ações nos municípios, sob responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

CONTINUA

25 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

**Secretário defende
regra atualizada
para os precatórios**

Rogério Waldrigues Galindo

O secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, afirmou nesta terça-feira (24) que o governo do estado estima que vá economizar cerca de R\$ 10 milhões ao ano com a nova regra de pagamento de precatórios. Caso a Assembleia aprove o projeto do governo, qualquer dívida judicial acima de R\$ 12 mil será paga com precatórios (no longo prazo).

Segundo Costa, a nova lei adequa o Paraná ao cenário nacional. "A lei nacional, de 1999, estabelece o limite perto de R\$ 6 mil. O que estamos fazendo é duplicar esse valor", diz.

Hoje, porém, o limite usado pelo governo para definir o que é pago automaticamente, sem uso de precatórios, é de 40 salários mínimos – R\$ 31,5 mil.

O secretário também defendeu a decisão de tornar todos os fundos – incluindo o Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU) – passíveis de uso para pagamento de folha ou outras despesas. "Não tem por que ficar criando vinculações. Foi isso que levou o estado a essa situação difícil", disse.

De acordo com ele, a definição de prioridades sobre o dinheiro de cada fundo dependerá de conversas entre o governador e seus secretários.

25 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Justiça derruba liminar que acabava com limite de reajuste para entrar no Fies

Na última segunda-feira, 23 de março, o Ministério da Educação (MEC) conseguiu derrubar a liminar que liberou o teto de reajuste de 6,4% das mensalidades de cursos inscritos no Fies. A ação tinha sido movida pela federação das escolas particulares, a Fenep. Cerca de 1,5 mil instituições tinham sido beneficiadas pela liminar agora cassada.

No parecer em que defende a manutenção das novas regras do programa, inclusive a do teto nos reajustes das mensalidades, o MEC diz que a redução do fluxo de pagamentos às instituições privadas participantes do Fies neste ano já teriam resultado em uma economia de R\$ 4,2 bilhões ao governo federal. No ano passado, o custo do Fies foi de R\$ 13,7 bilhões.

O desembargador federal Cândido Ribeiro, que proferiu a decisão ponderou que acatar o argumento das privadas "tem potencial lesivo grave", diante do efeito cascata em todo o país. "As decisões impugnadas, proferidas após exame superficial da questão, invadem a esfera de competência da administração pública, em seu juízo discricionário de conveniência e oportunidade, de gerir as verbas destinadas no orçamento público", argumenta.

Impacto adicional

Ainda segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), mantenedor do Fies, a suspensão da trava de 6,4% para as instituições filiadas à Fenep teriam um impacto adicional neste ano de R\$ 150 milhões a cada 1% de alta.

"Esse montante implicaria na impossibilidade do Fies receber novas inscrições para financiamento de aproximadamente 15 mil estudantes no presente exercício ou de realizar o aditamento de renovação de contrato no segundo semestre de 2015 de cerca de 30 mil estudantes", calcula o órgão, vinculado ao MEC.

Na semana passada, o presidente do Tribunal Regional da 5.ª Região, já havia revogado outra liminar, que suspendia as mudanças no Fies para instituições de Alagoas.

Nova ação

Ainda nesta terça-feira (24), o Ministério Público Federal em Minas Gerais, informou ter entrado com uma ação civil pública para impedir que estudantes deixem de participar do Fies por causa das alterações feitas no programa no fim do ano passado. A informação é da Agência Brasil.

O MPF/MG alega que o MEC promoveu mudanças sem comunicar aos interessados e pede que calouros e veteranos que tiverem interesse em participar ou permanecer no Fies estejam sujeitos às "mesmas regras e diretrizes do ano letivo de 2014".

De acordo com o MPF/MG, algumas instituições de ensino superior estão obrigando alunos que iniciaram cursos em 2015 a renegociar as prestações e firmar novos contratos, sob pena de serem automaticamente desligados.

A ação foi distribuída para o juízo da 1.ª Vara Federal em Uberlândia, que intimou a União a se manifestar em 72 horas.

25 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Protesto **NOTAS POLÍTICAS**



Servidores da Justiça Federal do Paraná (foto) fizeram uma paralisação na tarde desta terça-feira (24) em frente à sede da instituição, no bairro Ahú, em Curitiba. Os funcionários reivindicam melhores condições de trabalho e reposição salarial para a classe, que diz ter sofrido uma perda de 50% na reposição salarial.

Mesma cela

A mesma galeria do Complexo Médico Penal que abriga desde esta terça-feira (24) os presos da Lava Jato já foi o "lar provisório" do ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná, Abib Miguel, o Bibinho, quando ele foi detido no fim do ano passado recebendo uma mala de dinheiro suspeito. O CMP é destinado a presos com curso superior ou que necessitam de cuidados médicos especiais.

Data marcada

O juiz federal Sergio Moro marcou para o dia 28 de abril os primeiros interrogatórios das denúncias contra os executivos envolvidos na Lava Jato. Serão ouvidos pela Justiça Federal o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e o empresário Waldomiro Oliveira, apontado como laranja do doleiro Alberto Youssef. No dia 29 de abril será a vez do interrogatório do próprio Youssef. Tanto ele quanto Costa não poderão ficar em silêncio perante o juiz porque firmaram acordos de delação premiada com o Ministério Público Federal (MPF).

ENTRELINHAS

Criança desaparecida

Começa nesta quarta-feira (25) a Semana de Mobilização Nacional para a Busca e Defesa da Criança Desaparecida. Em Curitiba, o Hospital Pequeno Príncipe (HPP) recebe representantes do Conselho Federal de Medicina (CFM), às 9h30, para orientar médicos em detectar casos suspeitos. Solicitar o documento do acompanhante, desconfiar de informações desencontradas e observar se a criança possui marcas de violência são algumas das orientações. Às 15 horas, o hospital e o CFM realizam um ato simbólico na Boca Maldita, para orientar a população. O Paraná é referência no resgate de crianças desaparecidas, com média de sucesso de 93%, contra 15% da média nacional.

CORONA DO LEITOR

Reforma do Judiciário

A corrupção é uma prática antiga. Mas o modernismo aperfeiçoou as técnicas de burlar a lei. No Brasil, o corrupto é até localizado. Mas muitas vezes o que não acontece é a punição. A lei é lenta e os desvios na lei permitem que o culpado passe por falso inocente. Não é só de leis severas que precisamos. É da Reforma no Judiciário, para que a justiça aconteça. O crime não deve ser aceito pelos que não cometeram o crime. A ética e a moral devem ser a consciência de um povo.

Paulo Roberto Girão Lessa,
Fortaleza - CE

25 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Presos da Lava Jato vão para o Complexo Médico Penal

Da Redação, com agências

Dez presos investigados na Operação Lava Jato foram transferidos da carceragem da Polícia Federal, no bairro Santa Cândida, em Curitiba, na manhã desta terça-feira (24). Por volta das 8 horas, eles foram levados, de micro-ônibus, para o Complexo Médico Penal, em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Inicialmente, a previsão era de que 12 pessoas seriam transferidas, mas o empresário Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano, e o empreiteiro Gérson de Mello Almada foram mantidos na carceragem da PF porque prestariam depoimentos. Eles devem seguir para o Complexo Médico Penal apenas nesta quarta-feira (25).

Na decisão que autoriza a transferência, o juiz federal Sergio Moro considera que o local garantirá melhores con-

dições para os presos — o espaço foi vistoriado pela PF. Moro também afirma que os presos da Lava Jato deveriam ficar “separados da maior parte da população carcerária” porque haveria “algum risco” de sofrerem violência.

Soltura

Já o vice-presidente da empreiteira Camargo Corrêa, Eduardo Leite, deixou nesta terça-feira (24) a sede da PF em Curitiba após negociar um acordo de delação premiada na investigação da Operação Lava Jato. Leite estava preso desde novembro no Paraná. Ele já é réu em um dos processos relacionados ao escândalo da Petrobras e agora vai para prisão domiciliar.

VACCARI

Nesta terça, a CPI da Petrobras aprovou a convocação do tesoureiro do PT João Vaccari Neto e do empresário Augusto de Mendonça Neto, delator da Lava Jato, além da quebra dos sigilos telefônico, bancário e fiscal do ex-diretor da estatal Renato Duque e do ex-gerente Pedro Barusco.

SUPREMO

STF abre inquérito para investigar o senador Agripino Maia

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu abrir inquérito contra o presidente do DEM, senador José Agripino (RN), após pedido encaminhado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O parlamentar foi citado na delação premiada de um empresário do Rio Grande do Norte na qual é acusado de ter cobrado propina de R\$ 1 milhão para permitir um esquema de corrupção no serviço de inspeção veicular do estado.

O caso chegou ao Supremo neste mês e a decisão de abertura de inquérito foi tomada pela relatora do caso, ministra Cármen Lúcia, na sexta-feira (20). O processo tramita na Corte em segredo de Justiça. Agripino disse nesta terça (24) desconhecer a abertura de inquérito no Supremo. “Trata-se de um processo que já foi apreciado na Procuradoria-Geral da República e arquivado”, disse.

25 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Médica acusa secretária de cidade do PR de racismo

Uma médica gaúcha que integra o programa Mais Médicos acusa a secretária de Saúde de Santa Helena, no Oeste do Paraná, de fazer comentários racistas por causa de seu penteado *dreadlock*. A secretária, Terezinha Madalena Bottega, confirmou à reportagem o teor da conversa, mas negou que tenha praticado qualquer ato de racismo. Ainda nesta terça-feira, o Ministério da Saúde notificou o município para prestar esclarecimentos sobre o caso. Se a prefeitura não se manifestar em cinco dias ou for comprovado o ato de racismo, a cidade de Santa Helena estará sujeita a sanções do ministério, no âmbito do programa.

Em uma reunião sobre o início do trabalho em Santa Helena (a 619 km de Curitiba), Thatiane Santos da Silva, 30, que é negra, ouviu da secretária municipal, Terezinha Madalena Bottega, que seu cabelo exala um cheiro forte, que os pacientes estão acostumados a outro “padrão” de médicos e que ela poderia sofrer preconceito. “Foi total falta de ética ao julgara capacidade de um profissional pela sua aparência”, disse a médica, que fez um boletim de ocorrência.

Thatiane estudou medicina em Cuba e se formou em 2012. Ela fez o Revalida para obter registro no Conselho Regional de Medicina. A secretária de Saúde confirmou o teor da conversa com a médica, mas negou que tenha havido racismo. “Não foi nenhum ato de racismo da nossa parte. Agente quis alertá-la de possíveis comentários porque não estamos acostumados a esse tipo de visual”, afirmou.

Em nota, o Ministério da Saúde disse que “repudia veementemente todas as formas de discriminação étnico-racial, reconhecendo o preconceito como determinante social que impacta diretamente nas condições de saúde e de vida dos brasileiros”.

25 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Caixa Econômica e registradores de SP iniciam parceria

A Caixa Econômica Federal e os registradores imobiliários de São Paulo firmaram parceria para o uso do registro eletrônico de imóveis. O objetivo é dar mais agilidade ao processo. Antes da mudança, o tempo esperado para este tipo de trâmite era de 30 dias. Estima-se que, agora, o prazo para realização do procedimento caia para cinco dias.

O uso do registro eletrônico representa maior agilidade e facilidade para os clientes, que não precisarão mais levar os contratos do banco para o cartório e então buscar novamente. O sistema, que funcionará em caráter de projeto piloto, permite a troca de arquivos eletrônicos, requerimentos e demais documentos para o processo de intimação e consolidação de propriedade em nome do credor.

A perspectiva é que a iniciativa se espalhe para outros estados, inclusive o Paraná. "Devo mencionar que este projeto, em breve, estará também funcionando no Paraná. Cremos que de parte dos registradores, estaremos aptos a responder com eficiência esta melhoria ao público usuário", conta João Carlos Kloster, diretor de Registro de Imóveis da Associação dos Notários e Registradores do Paraná (Anoreg-PR).

O uso do sistema eletrônico é normatizado pelas corregedorias estaduais dos tribunais de justiça.

Os estados de Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Pernambuco e Acre já têm o provimento regulador publicado e estão em processo de implementação do serviço.

Segundo Kloster, no Paraná, o processo também está em andamento. "Em nosso estado, falta o provimento regulamentador do registro eletrônico que deve ser editado pelo Tribunal de Justiça do Estado, muito embora já estejamos em processo de finalização, pois falta somente a publicação do texto aprovado pela Corregedoria de Justiça", explica.

Outro ponto importante é a segurança, uma vez que o documento digital trafega diretamente da instituição financeira para o cartório, dificultando assim a ocorrência de fraudes. Para os usuários do sistema também representa uma redução de custos, pois não será mais necessário dispender com transporte, estacionamento, despachantes e os contratemplos dos grandes centros urbanos.

Quem deseja financiar um imóvel deverá apenas entregar toda a documentação exigida para a conclusão do acordo e assinar o documento físico do registro do imóvel na Caixa, que ficará sob a guarda do banco. O comprador terá a cópia física do registro e o PDF do registro eletrônico.

25 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

TJ revoga prisões de suspeitos de fraude

Edson Ferreira

Reportagem Local

Um dia depois de determinar a soltura do empresário Luiz Abi Antoun, investigado por suposto envolvimento com a contratação fraudulenta da oficina Providence, de Cambé (Região Metropolitana de Londrina), para a manutenção dos veículos oficiais do governo do Paraná, o juiz substituto de 2º grau, Márcio José Tokars, também revogou as prisões de outros três suspeitos: o ex-diretor do Departamento Estadual de Transporte Oficial (Deto), Ernani Augusto Delicato, o dono da oficina, Ismar Ieger, e o advogado de Abi, José Carlos Lucca. Eles são investigados na operação Voldemort.

Delicato, que estava foragido, foi exonerado do cargo estadual há pouco mais de um mês. No entanto, antes da saída dele houve a contratação considerada irregular, que destinaria, conforme o contrato, R\$ 1,5 milhão para a oficina Providence, para conserto de veículos utilizados pelo governo. Segundo as investigações conduzidas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério do Público (MP) do Paraná, Luiz Abi, que é parente do governador Beto Richa (PSDB), seria o verdadeiro dono da oficina e articulador da contratação fraudulenta.

Segundo o juiz Márcio Tokars, a saída de Delicato

da função pública “se mostra como suficiente para inibir a perpetuação dos supostos crimes cometidos e o prejuízo estatal, vez que afasta o paciente da influência, decisão e análise quanto a eventuais contratações de licitação, impedindo assim qualquer eventual prejuízo que poderia advir ao erário público”. As decisões que liberaram os três suspeitos são liminares.

Como medidas substitutivas à prisão, Tokars impôs a Delicato, Ieger e Lucca restrição do direito de sair do País, com recolhimento do passaporte, que deve ser entregue à Justiça; comparecimento quinzenal no Fórum de Londrina para informar e justificar suas atividades; comunicação imediata quanto à mudança de endereço. Com a concessão dos habeas corpus, permanece preso apenas o sócio de Abi na empresa KLM Brasil, Roberto Tsuneda. A defesa dele apresentou recurso ontem no Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná.

PROMOTOR LAMENTA

O promotor de Justiça, Cláudio Esteves, coordenador do Gaeco em Londrina, lamentou a decisão do TJ. Ao ser questionado sobre eventuais prejuízos à investigação com a soltura de Luiz Abi, Esteves defendeu a reclusão dos investigados. “Lamentamos muito porque a necessidade da custódia cautelar era fundamentada em critérios eminentemente técnicos, fatos evidenciados em meses de investigação, que foram muito bem sopesados pelo juízo da 3ª Vara Criminal.”

25 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

'Superorganização' agia na Receita Estadual de Londrina

MP aponta existência de pelo menos
duas empresas fantasmas, criadas
exclusivamente para expedir documentos
que legalizavam fraudes

Loriane Comeli

Reportagem Local

A expressão "criar dificuldade para vender facilidade" ilustra exatamente o modus operandi da organização criminosa, composta por pelo menos dez auditores fiscais, que agia na Receita Estadual (RE) de Londrina. "Eles chegavam na empresa, de forma bastante arbitrária, apreendiam vários documentos e alguns dias depois exigiam ou solicitavam valores significativos dos empresários. Se não pagassem, a multa imposta seria em torno de R\$ 3 milhões, R\$ 4 milhões e ameaçavam afirmando que a empresa poderia até ser fechada."

O relato é do promotor de Defesa do Patrimônio Público de Londrina, Renato de Lima Castro, que afirmou já ter identificado esse mesmo modo de agir em vários depoimentos prestados por empresários no inquérito civil que apura enriquecimento ilícito de fiscais da RE de Londrina. Os

envolvidos já tiveram sigilos quebrados e alguns estão presos em razão da operação Publicanos do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que apura os mesmos fatos na esfera criminal.

Ontem mesmo, disse o promotor, o dono de uma empresa relatou que foi multado em R\$ 4 milhões e, posteriormente, em R\$ 400 mil, por se recusar a pagar propina ao grupo. As propinas, dependendo do tamanho da empresa, passavam de R\$ 300 mil. Mas isso não é o mais grave: a organização criminosa tinha pelo menos duas empresas fantasmas, criadas exclusivamente para expedir documentos, como notas fiscais, que legalizavam as fraudes e desvios. Serviam para garantir a extorsão ou corrupção, conforme o caso, quando o empresário alegava que não tinha dinheiro para a propina ou tinha pouco dinheiro, "apenas uns R\$ 50 mil".

"A exigência era de R\$ 500 mil a R\$ 1 milhão, em alguns casos. Se o empresário não tinha condi-

ções de pagar a propina ou tinha apenas uns R\$ 50 mil, a organização oferecia um portfólio, como se abrisse uma pasta com possibilidades para fazer o pagamento da propina", disse Castro. Entre as possibilidades, estão a emissão de notas fiscais frias pelas próprias empresas fantasmas que justificariam dívidas menores de ICMS e a emissão de guias falsas, gerando crédito tributário ao empresário, que, então, teria condições de pagar a propina. "Era um verdadeiro portfólio da corrupção, com vários 'produtos' ofertados ao empresário."

Questionado sobre quem seria o líder da organização criminosa, que contou com a participação de pelo menos três ex-delegados da RE de Londrina, o promotor esquivou-se, afirmando que "havia distribuição de tarefas de altos escalões", porém, sem revelar nomes. Entre os auditores envolvidos estão os ex-delegados José Luiz Favoretto Pereira, Dalton Lázaro Soares e Márcio Albuquerque Lima, que chegou a ser inspetor-geral de Fiscalização da RE, em Curitiba.

CONTINUA

25 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Outro auditor envolvido é Luiz Antonio de Souza, preso desde janeiro ao ser flagrado em um motel com uma garota de 15 anos.

O promotor disse que o esquema é antigo, mas sempre houve dificuldade de investigá-lo em razão do medo que os empresários têm de fazer a denúncia e passarem a ser alvos sistemáticos de "batidas fiscais". "É indubitável que é uma superorganização criminosa que precisa de imediata fiscalização dos órgãos de controle do Estado, que o secretário de Fazenda precisa se posicionar e que nós precisamos fazer uma devassa nesse órgão", afirmou, sem sugerir, exatamente como seria essa "devassa".

Para Castro, "com certeza, o Estado, em crise financeira, está tendo uma minimização de seus recursos em razão da atuação desses agentes públicos". Agentes esses, prosseguiu o promotor, que "não estão atrás de dinheiro para os cofres do Estado, estão atrás de seu próprio enriquecimento".

Presos temporários obtêm liberdade

Seis pessoas cujas prisões temporárias haviam sido decretadas na quinta-feira da semana passada em decorrência da operação Publicanos foram colocadas em liberdade ontem. O prazo das prisões – de cinco dias – expirou e o Gaeco não considerou necessário pedir prorrogação ou conversão em prisão preventiva (sem prazo predefinido). "Algumas haviam colaborado com as investigações e, em outros casos, a permanência na prisão não era mais necessária", disse o promotor do Gaeco, Jorge Barreto.

Entre as pessoas que foram soltas ontem estão Antonio Belini Silva, dono de uma distribuidora de combustíveis e o auditor da Receita Estadual Paulo Henrique Santelli, irmão do policial civil de Ibiporã André Santelli, que permanece preso. André seria o responsável por tentar corromper um agente do Gaeco, oferecendo propi-

na mensal de R\$ 3,5 mil para obter informações sigilosas acerca das investigações. Paulo Henrique, por sua vez, durante viagem do irmão, acabou fazendo a negociação com o agente em uma ocasião, pelo menos. A negociação entre o policial civil e o agente do Gaeco foi autorizada pela Justiça.

Na semana passada, um contador e empresários que colaboraram com as investigações, fazendo acordo de delação premiada, foram libertados. Dez dos 19 presos pela operação Publicanos seguem recolhidos: o ex-inspetor-geral de Fiscalização da RE, Márcio de Albuquerque Lima, os ex-delegados da RE José Luiz Favoretto Pereira e Dalton Lázaro Soares, os auditores Marco Antonio Bueno e Luiz Antonio de Souza e as irmãs de Souza, Rosângela Semprebom e Rosineide de Souza, além dos empresários Stefan Ruthschiling e Paulo Midaur. (L.C.)

25 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Homicídios culposos no trânsito caem 15% no PR

Segundo balanço da Sesp, cidades maiores puxam a redução registrada no ano passado em relação a 2013; Em Londrina, queda foi de 87%

O levantamento se refere às mortes em que o motorista foi o causador e que houve a abertura de inquérito

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - A quantidade de homicídios culposos (sem a intenção de matar) no trânsito do Paraná caiu 15,7% no ano passado em relação ao ano anterior, segundo dados do Relatório Estatístico Criminal divulgado pela Secretaria Estadual de Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp). Ao todo, 1.716 pessoas morreram em decorrência de acidentes em 2014, enquanto que no ano de 2013 este número foi de 2.036. Este resultado foi puxado principalmente pela queda nas ocorrências na maioria das grandes cidades do Estado. Entre elas, a maior diminuição de acidentes ocorreu em Londrina. Conforme a Sesp, foram registrados 11 homicídios culposos de trânsito no ano passado, contra 87 no ano anterior, uma redução de 87,3%.

O levantamento, entretanto, não é referente ao total de mortes no trânsito, mas

apenas àquelas em que o motorista foi o responsável

pela ocorrência e que houve a abertura de inquérito para investigar o crime de homicídio. Foram consideradas informações das vias públicas urbanas e estradas estaduais e federais. Ou seja, além dos órgãos de trânsito municipais também foram levados em conta dados das polícias rodoviárias Estadual (PRE) e Federal (PRF).

Os números são extremamente expressivos e também surpreenderam as autoridades. Entretanto, segundo o capitão Ricardo Eguedi, portavoz do 5º Batalhão de Polícia Militar (5º BPM), em Londrina, a fiscalização mais reforçada aliada ao trabalho conjunto entre os diferentes órgãos de segurança no trânsito fez com que este resultado fosse alcançado na cidade. "Claro que outros fatores influenciaram no resultado, como a renovação da frota, o que fez com que muitos veículos antigos saíssem de circulação, por exemplo. Todavia, percebemos que os motoristas passaram a adotar instruções divulgadas em campanhas educativas e blitzes

que foram realizadas constantemente", ressaltou.

"Fazemos o nosso trabalho, mas dependemos da conscientização da população e, por isso, também foram feitas muitas palestras em empresas e escolas sobre a educação no trânsito. Além disso, com a fiscalização mais eficiente, inclusive com o uso de bafômetros e aplicação de multas aos infratores, ocorreu uma mudança perceptível no tipo de conduta dos motoristas", completou.

Na capital, os números apontam 172 acidentes, contra 191 em 2013 (queda de 9,9%). Outros municípios que tiveram diminuição foram Maringá (38,6%), Foz do Iguaçu (20%), Cascavel (23,7%), Guarapuava (62,9%) e Colombo (17,6%). Uma cidade da região que também teve uma queda considerável nos homicídios culposos no trânsito foi Arapongas (96,2%). Em 2013, o município chegou a registrar 27 ocorrências e, no ano passado, conforme os dados do relatório, caiu para apenas uma.

CONTINUA

25 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

INFORMATIZAÇÃO

O capitão Sheldon Keller Vortolin, do Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRv), afirmou que a intensificação das fiscalizações, principalmente com a utilização de radares fotográficos em pontos específicos das rodovias em que foram detectados altos índices de acidentes, e o uso de etilômetros (bafômetros) impactaram nos números apresentados pela Sesp. Ele explicou que, para isso, foi fundamental a implantação da informatização das equipes de polícia rodoviária, ou seja, os agentes passaram a contar com um computador integrado aos veículos favorecendo a consulta em tempo real dos dados dos motoristas, dificultando a impunidade de infratores. "O trabalho foi mais efetivo porque os policiais estavam mais equipados. E, desta forma, os motoristas passaram a ter uma percepção de fiscalização mais rigorosa, o que impacta diretamente na forma como se comportam ao volante", destacou.

CONTINUA

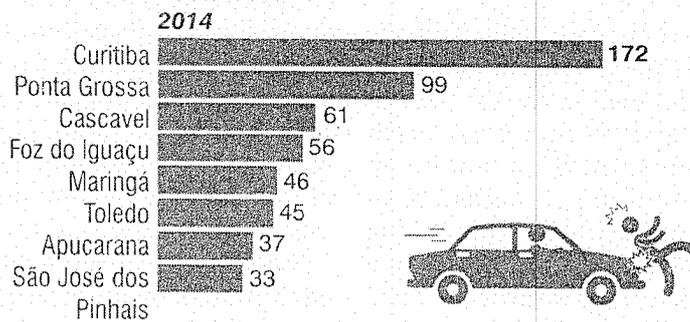
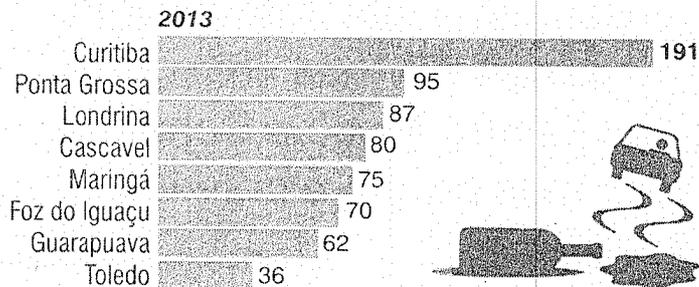
25 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

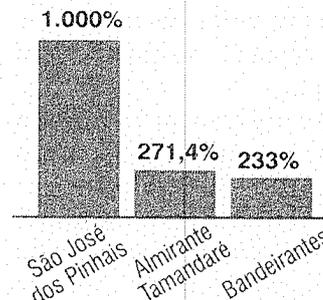
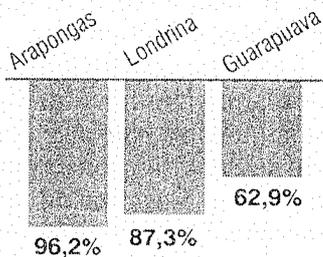
TRÂNSITO LETAL

Cidades com mais homicídios culposos de trânsito



☑ Municípios que registraram maiores quedas

☑ Municípios que registraram maiores altas



Fonte: Relatório Estatístico Criminal de Homicídios Culposos de Trânsito - Sesp Folha Arte

CONTINUA

25 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

São José dos Pinhais tem alta de 1.000%

Na contramão das cidades maiores, São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), deu um salto no número de homicídios culposos no trânsito. Segundo os dados, foram 33 homicídios culposos em 2014, contra apenas três em 2013, uma alta de 1.000%. Outras cidades que registraram aumento nos homicídios culposos de trânsito foram Ponta Grossa (4,2%), Almirante Tamandaré (271,4%), Apucarana (48%), Francisco Beltrão (210%) e Toledo (25%).

“A lei tem ficado mais rigorosa e percebemos uma maior conscientização, entretanto a mudança de comportamento não é tão simples, é de forma gradual. Ainda observamos que muitos não usam cinto de segurança no banco traseiro dos veículos, por exemplo. A mesma postura é recorrente nos ônibus e também adotada por alguns caminhoneiros. As

pessoas não percebem, mas num tombamento ou outro tipo de acidente, o cinto de segurança é determinante para sair com vida”, afirmou o inspetor Fernando Oliveira, do Núcleo de Comunicação da PRF.

Ainda segundo o relatório, das 23 Áreas Integradas de Segurança Pública (Sesp), 15 apresentaram redução nos casos de homicídios culposos no trânsito, e oito tiveram crescimento. Entre as regiões, a que registrou a maior queda nas ocorrências foi a 20ª Aisp (79,4%), que abrange as cidades de Londrina, Cambé, Ibiporã e Tamarana. Em seguida aparecem as Aisps de Guarapuava (7ª Aisp) e Paranaguá (3ª Aisp), com quedas de 70,3% e 51,6%, respectivamente. A maior alta ocorreu na 2ª Aisp, que diz respeito à Região Metropolitana de Curitiba (RMC), com 58,5%. (R.C.J.)

25 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Comissionado condenado

Está publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná a nomeação do ex-prefeito de Tamarana (Região Metropolitana de Londrina), Roberto Dias Siena (DEM), para um cargo comissionado no Executivo. Assinam o documento o governador Beto Richa (PSDB) e o chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra. Siena, que terá um salário de R\$ 6,7 mil, carrega uma condenação por improbidade administrativa, por fraudes em 13 licitações entre 2006 e 2011, em Tamarana.

Suspensão de direitos

Siena foi condenado no ano passado pelo juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcos José Vieira, à suspensão dos direitos políticos por oito anos, à multa civil de R\$ 668 mil e ao ressarcimento dos cofres do município em R\$ 2,2 milhões. Para o magistrado, os documentos apreendidos demonstram de maneira "clara e incontestável" a participação de Siena e de ex-assessores.

THIAGO NASCIF

Direito Constitucional e Cidadania

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, aterrissa em Londrina esta semana para participar da 12ª edição do Congresso Brasileiro de Direito Constitucional e Cidadania. O jurista irá abordar em sua palestra o papel do Supremo perante as minorias. O evento acontece de hoje a sexta, no Teatro Marista, e reúne advogados, juristas e acadêmicos de todo o País. Especialistas do Brasil, de Portugal, França e Itália estão confirmados. O Congresso tem, na linha de frente, o advogado e professor Dr. Zulmar Fachin. O evento é uma realização do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania, com apoio da OAB Londrina e outras 20 instituições de ensino superior de Londrina e região.

AGENDA

Direito Constitucional

Londrina - Acontece entre os dias 25 e 27 de março no Teatro Marista em Londrina o 12º Congresso Brasileiro de Direito Constitucional e Cidadania. O evento reunirá advogados, juristas e acadêmicos de todo o País para debater temas relacionados à Constituição e à democracia. Palestras serão ministradas por representantes de universidades nacionais e internacionais. O evento ainda contará com a presença do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, que abordará as relações do STF com as minorias. O investimento (para os três dias) é de R\$ 100 (inteira) e R\$ 60 (estudantes). Informações: www.idcc.org.br e (43) 3326-0475.

25 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Paranaprevidência

O Fórum das Entidades Sindicais (FES), que reúne as instituições representativas dos funcionários públicos do Paraná, realiza hoje um seminário estadual para discutir a nova proposta de alteração da Paranaprevidência, elaborada pelo governo do Estado. O encontro acontece a partir das 9 horas, na sede da APP-Sindicato, em Curitiba. A expectativa do Executivo é reencaminhar a mensagem à Assembleia Legislativa (AL) no dia 31 de março.

Prazos

O esboço do texto foi apresentado aos trabalhadores durante reunião aberta no Palácio das Araucárias, na semana passada. Na ocasião, porém, o FES argumentou que seria necessário pelo menos mais um mês para ampliar o debate com a categoria. "O governo está aberto à negociação. Hoje (ontem) vamos enviar a minuta do anteprojeto de lei, com alguns detalhamentos. Se houver, ao final do seminário, uma sinalização positiva, podemos definir um outro prazo", afirmou o líder do governo na AL, Luiz Cláudio Romanelli (PMDB).

Mudanças

Ao contrário da versão original, que previa a unificação dos dois fundos – o financeiro, bancado pelo Estado, e o previdenciário, que recebe as contribuições dos servidores –, a ideia agora é "migrar" os inativos com 73 anos ou mais do primeiro para o segundo grupo. Com isso, a gestão do governador Beto Richa (PSDB) deixaria de usar R\$ 142,5 milhões mensais do caixa para o pagamento dos benefícios. O FES pede, contudo, que haja um detalhamento maior dos mecanismos de compensação e reciprocidade para servidores egressos dos demais sistemas previdenciários.

25 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Advogados dizem que tribunais cedem à pressão das ruas

Defensores falam de ilegalidades na condução da Lava Jato, como a supervalorização da delação premiada

Durante o julgamento do mensalão os réus ficaram soltos, como manda a jurisprudência do STF, lembra um deles

MARIO CESAR CARVALHO
FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

O advogado do único réu da Operação Lava Jato que obteve uma vitória no Supremo sustenta que um aspecto estranho ao debate jurídico prejudica as defesas de réus e investigados: diante de um escândalo sem paralelos na história do país, diz, os tribunais estão cedendo à indignação popular.

“Os tribunais estão ame-drontados pelo clamor das ruas”, afirma Alexandre Lopes, defensor do ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque. Seu cliente foi solto por ordem do STF (Supremo Tribunal Federal) em dezembro; no último dia 16, porém, voltou a ser preso.

Para Lopes, “a pressão é tão grande que os ministros acabam violentando suas convicções pessoais”. É por isso, avalia, que várias ilegalidades estão sendo mantidas.

No caso de Duque, ele diz que há duas. Primeira: a Justiça Federal de Curitiba não deveria julgar o ex-diretor da

estatal porque as supostas ilegalidades cometidas por seu cliente ocorreram no Rio. Segunda: a prisão de Duque viola o princípio da presunção da inocência estabelecido pela Constituição.

“Para o juiz Sergio Moro, vigora o princípio contrário: o de presunção da culpa”, diz.

Duque foi preso novamente porque movimentou R\$ 70 milhões que tinha na Suíça para Mônaco depois de deixar a prisão pela primeira vez.

CONTRA A MAIORIA

Edward de Carvalho, advogados de executivos da empreiteira OAS, também aponta problemas nos tribunais superiores: “Para preservar a Constituição, a função de um tribunal é julgar contra a maioria, se necessário for”.

Ele defende que a Polícia Federal sabia, seis meses antes das primeiras prisões, em março de 2014, que havia telefones de deputados sendo monitorados — o que viola o princípio de que só o STF pode investigar parlamentar.

A PF nega que soubesse que havia deputados entre os contatos do doleiro Alberto Youssef em setembro de 2013.

O advogado Nelio Machado diz que as ilegalidades em torno da prisão de seu cliente, o lobista Fernando Soares, o Fernando Baiano, são tantas que o Supremo acabará

por anular o processo.

“O Fernando está preso sem provas nem acusação comprovada de delator. A denúncia contra ele tem erros primários. Nada do que ele é acusado aconteceu em Curitiba”, enumera, citando que todos esses fatos, segundo ele, violam a legislação.

Para Machado, a prisão visa que seu cliente se transforme em delator, como já ocorreu com outros 15 investigados da Operação Lava Jato.

“Delações são provas precárias e inconfiáveis. O delator tem outros interesses do que dizer a verdade pelo instinto de autodefesa”, afirma.

Procuradores da força tarefa da Lava Jato reconhecem que as acusações dos delatores só são usadas quando fundamentadas por outras provas.

Machado compara a Lava Jato com o mensalão para frisar o que classifica de ilegalidade das prisões.

“No julgamento da ação 470 [o caso do mensalão], os réus ficaram soltos, como determina a jurisprudência do Supremo. Estamos vivendo um retrocesso e um obscurantismo. A delação é hoje o que foi a tortura na época da ditadura”, diz, referindo-se ao período que durou de 1964 a 1985.

Procurada, a assessoria do STF informou que a corte não iria se manifestar sobre as declarações dos advogados.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

AS OBJEÇÕES DA DEFESA

Advogados que atuam na Operação Lava Jato questionam decisões de juiz e tribunais no caso

25 MAR 2015

O que dizem os advogados

O que dizem o juiz, a PF e o Ministério Público



Caso deveria sair de Curitiba

Os ilícitos contra a Petrobras apontados pelos procuradores não aconteceram em Curitiba, mas sim no Rio de Janeiro, sede da estatal, ou em São Paulo, sede de várias empreiteiras envolvidas. Por isso, o caso deveria sair de Curitiba

Para Sergio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, o foro atual é o adequado porque o doleiro Alberto Youssef atuava no Paraná e foi a partir da investigação sobre ele que os crimes contra a Petrobras foram descobertos



Prisões são injustificadas

O STF já estabeleceu que os juízes devem seguir o princípio da inocência e só ordenar prisões em casos de risco à ordem pública, de fuga ou tentativa de obstruir a Justiça

As prisões são justificáveis porque os crimes continuaram a ser praticados após a deflagração da operação e há risco de fuga dos investigados



Caso deveria ir ao STF

A defesa da construtora OAS diz que a PF sabia desde 2013 que políticos estavam sob investigação —cita como exemplo o nome do ex-deputado André Vargas numa lista de quebra de sigilo

O juiz e a PF dizem que o André Vargas citado na lista poderia ser um homônimo do deputado e por isso não havia, na época, necessidade de remeter o caso para o STF



Processos não deveriam ser separados

Como os políticos eram os beneficiários finais dos desvios da Petrobras, não faz sentido enviar para Brasília os processos contra parlamentares, separando-os dos empreiteiros e operadores

Os casos que estão em Curitiba têm situações diferentes daquelas que envolvem os políticos e devem continuar na capital paranaense



Delações em série

Uma mesma advogada atuou nos acordos de delação de quatro executivos. Para a defesa de Fernando Soares, isso implicou em violação do sigilo do conteúdo das delações

Para Sergio Moro, PF e Ministério Público, não há indicações de que a advogada tenha violado o sigilo de seus clientes



Escutas telefônicas foram ilegais

A realização das escutas telefônicas não seguiu todas as formalidades previstas em lei

O juiz, a PF e o Ministério Público negam que tenha havido qualquer irregularidade nos grampos



Contradições entre delatores

Há contradições nos depoimentos dos delatores, principalmente nos do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Youssef

Para o Ministério Público, é natural que ocorram contradições, e isso na verdade mostra que não há discurso ensaiado entre os delatores

25 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Ministra do STF abre inquérito para investigar presidente do DEM

Agripino é citado por empresário que teria pago propina a políticos para apressar votação de lei

O senador nega as acusações; em 2011, a Procuradoria arquivou denúncia semelhante feita contra ele

A ministra do STF (Supremo Tribunal Federal) Cármen Lúcia atendeu a um pedido do Ministério Público e abriu inquérito para investigar o presidente do DEM, senador Agripino Maia (RN), citado em delação premiada por um empresário de Natal que diz ter negociado propina com políticos para aprovação de leis.

Presidente nacional do DEM, partido de oposição ao governo, Agripino foi coordenador-geral da campanha do senador Aécio Neves (PSDB) à Presidência da República no ano passado.

Agripino será investigado por ter sido mencionado por um empresário do Rio Grande do Norte, George Olímpio, que afirma ter pago propina para agilizar a tramitação de uma lei que criou a inspeção veicular no Estado, da qual o empresário se beneficiaria.

O Ministério Público do Rio Grande do Norte descobriu o esquema. Na época, 34 envolvidos foram denunciados, inclusive Olímpio, que decidiu

colaborar com a Justiça apenas a partir de 2014.

Em delação premiada, Olímpio disse que Agripino teria lhe pedido R\$ 1 milhão para campanhas políticas e que ele entendeu o pedido como uma chantagem: ou daria o dinheiro a ele, ou perderia o comando da inspeção veicular no Estado. O senador nega as acusações (leia texto ao lado).

Olímpio ainda afirma ter entregue parte do dinheiro, R\$ 300 mil, e ter feito empréstimos a pessoas indicadas por Maia para completar o que restava do R\$ 1 milhão.

ARQUIVO

A Procuradoria já havia arquivado denúncia contra Agripino, feita por um parceiro de Olímpio no esquema, em 2011. Na época, o primeiro delator voltou atrás e desmentiu a acusação e Olímpio divulgou nota isentando o senador.

A abertura de um inquérito não significa culpa. É apenas o estágio inicial de uma investigação.

Agora, o Ministério Público irá ouvir testemunhas, buscar provas e, a depender do material que vier a obter, poderá apresentar uma denúncia contra o senador ou determinar o arquivamento das apurações sobre o caso.

▶ OUTRO LADO ◀

Senador diz que Procuradoria já arquivou o caso

O senador Agripino Maia (DEM-RN) afirmou, em nota, que o empresário George Olímpio já deu declarações contrárias às da delação premiada, na qual o acusou de negociar propina.

Ainda de acordo com o senador do DEM, em 2012 o Ministério Público Federal havia determinado o arquivamento de uma investigação contra ele.

“Este assunto, tratado em 2012, gerou processo de investigação pela Procuradoria-Geral da República que, em 31 de outubro de 2012, o arquivou pela ‘inexistência de indícios, mínimos que sejam, que confirmem a afirmação de que o senador José Agripino Maia teria recebido doação eleitoral ilícita do grupo investigado na operação ‘Sinal Fechado’”, afirma a nota do presidente do DEM.

No mesmo texto, Maia colocou-se à disposição da Justiça para mais esclarecimentos sobre o caso.

25 MAR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Prisão de delegacia superlotada na Cidade Industrial é interditada

Após pedido da Defensoria Pública do Paraná, a Justiça decidiu interditar a carceragem do 11.º Distrito Policial de Curitiba, que fica localizado na Cidade Industrial (CIC). Em entrevista à rádio Banda B nesta terça-feira (24), o defensor Caio Watkins explicou que a liminar foi expedida na última segunda-feira (23) baseada em trabalhos de vários advogados, que consideram o local "insalubre e degradante" para os presos do local. Atualmente, 163 presos estão no local que possui capacidade máxima de 38.

Segundo Watkins, a Defensoria entrou com a ação após uma vistoria realizada em março deste ano. "A inspeção sanitária mostrou essas condições que avessas ao objetivo da pena. Ao invés de ressocializar e preparar o retorno, o distrito tem tornado os presos piores. É uma situação temerária", afirmou.

Pela determinação, a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) tem um prazo de trinta dias para retirar os presos do local, sob pena de multa diária no valor de R\$ 5 mil por preso do local. ■

25 MAR 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

BACANAS NO PRESÍDIO

Ex-diretor da
Petrobras e
chefões de
empreiteiras
trocam cela na
PF pelo CMP

Redação e agências

Dez presos investigados na Operação Lava Jato foram transferidos da carceragem da Polícia Federal, no Santa Cândida, na manhã de ontem. Por volta das 8h, eles foram levados, de micro-ônibus, para o Complexo Médico Penal (CMP), em Pinhais. A mudança foi determinada pelo juiz federal Sérgio Moro, na última segunda-feira.

Inicialmente, a previsão era de que doze pessoas seriam transferidas, mas o empresário Fer-

nando Soares, conhecido como Fernando Baiano, e o empreiteiro Gérson de Mello Almada foram mantidos na carceragem da PF porque ainda deveriam prestar depoimentos ontem. Eles devem seguir para o Complexo Médico Penal apenas hoje.

Segundo o secretário da Segurança Pública do Paraná, Fernando Francischini, os transferidos vão ocupar quatro celas no CMP. A divisão, de três presos por cela, será feita pela PF. Cada uma das celas tem três camas e o banheiro é coletivo será dividido com cerca de 100 presos do CMP e o banho será com água fria.

A alimentação também será igual a de todos os outros presos. "Vão comer o marmitex de todo preso comum do sistema penitenciário e vão usar o mesmo uniforme daquela unidade", disse o secretário. Terão direito ainda a uma hora por dia de banho de sol e a duas horas e meia de visitas coletivas aos finais de semana.

Foram transferidos ao CMP o ex-diretor de Serviços e Engenharia da Petrobras, Renato Duque, os empreiteiros Erton Medeiros Fonseca, Agenor Franklin Magalhães Medeiros, João Ricardo Auler, José Aldemário Pinheiro Filho, José Ricardo Nogueira Breghirolli, Mateus Coutinho de Sá Oliveira e Sergio Cunha Mendes. Além deles, foram transferidos também Adir Assad e Mario Frederico Mendonça Goes.

Nestor Cerveró não será transferido porque recebe assistência psicológica na carceragem da PF. O empreiteiro Ricardo Pessoa, da UTC, também continua na superintendência por determinação do Ministério Público Federal (MPF). Também continuam na carceragem: o doleiro Alberto Youssef, Dalton dos Santos Avancini e Eduardo Leite. E ainda as condenadas Nelma Kodama e Iara Galdino.

25 MAR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Servidor que tenha cônjuge ou dependente com deficiência deve ter horário especial

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, propôs ao Supremo Tribunal Federal (STF) ação direta de inconstitucionalidade (ADI 5265) contra norma que concede horário especial somente ao servidor público que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência física. O parágrafo 3º do artigo 98 da Lei 8112/1990 – que rege a carreira dos servidores públicos – foi introduzido em 1997 pela Lei 9.527 e não prevê o horário especial para outros casos de deficiência.

Na avaliação do PGR, ao restringir o benefício unicamente aos casos de deficiência física de cônjuge, filho ou dependente de servidor público, o dispositivo questionado ofende o princípio constitucional da isonomia (artigo 5, inciso I). Ele sustenta que a norma “concede injustificado tratamento prejudicial às hipóteses de deficiência mental, intelectual ou sensorial” e estabeleceu “distinção desarrazoada entre pessoas que se encontram em situação semelhante”.

Na ação, Janot questiona qual seria a justificativa juridicamente razoável, racional ou aceitável para tornar relevante exclusivamente a deficiência física. Segundo ele, “inexiste motivação jurídica idônea a

justificar o tratamento legislativo privilegiado conferido pelo parágrafo 3º do artigo 98 da Lei 8.112/90 à deficiência física, sem contemplar as deficiências mental, sensorial ou intelectual”.

Para o procurador-geral, “uma vez que o Estado tenha assegurado o cumprimento do princípio da proteção às pessoas com deficiência, não há razão para que dentro desse grupo contemplado por tais ações afirmativas haja discriminação, favorecendo-se determinadas pessoas em detrimento de outras”.

Rodrigo Janot destaca que a discriminação assume caráter ilícito quando lastreada em critérios injustificados, injustos, frutos de preconceitos, de opiniões preestabelecidas e prejulgamentos negativos, com a finalidade de estigmatizar pessoas ou coletividades mediante o uso de estereótipos. No entanto, ele explica que não se pode generalizar, “afirmando-se que toda discriminação é ilícita e dissociada dos ideais de igualdade, pois, em muitas situações, determinar uma diferença torna-se inevitável para a realização da própria cláusula igualitária e, por via indireta, da própria dignidade humana”.

25 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Condenado do mensalão tem pena extinta

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu pedido apresentado pela defesa do ex-tesoureiro do PL (partido já extinto) Jacinto Lamas, extinguindo a pena imposta a ele após julgamento do mensalão. Esse é o segundo caso entre os réus condenados no mensalão de extinção da pena com base no indulto natalino. O mesmo benefício foi concedido a José Genoino no início de março.

Barroso acatou parecer do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que já havia concordado com a concessão do indulto natalino ao ex-tesoureiro, em documento enviado ao STF no último dia 16.

No pedido apresentado pela defesa de Lamas, a advogada Vanessa Neves Lisboa argumenta que o réu já cumpriu um ano, quatro meses e 11 dias de pena e, por ser réu primário, já tem direito ao benefício. O decreto presidencial de 24 de dezembro do ano passado, praxe no período de Natal, concedeu o perdão para todos aqueles que tiverem pena privativa de liberdade inferior a 8 anos e que tenham cumprido um terço da pena para o caso de presos não reincidentes.

Atualmente, o núcleo político envolvido no esquema de corrupção está fora da cadeia, cumprindo o restante da pena em regime aberto. O último a conquistar o benefício foi o ex-presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha (PT-SP), no fim de fevereiro. / T.F.

Votorantim vai à Justiça cobrar Galvão

Mais uma empreiteira envolvida da Operação Lava Jato ficou inadimplente e está sendo acionada na Justiça por seus credores. A Galvão Engenharia deixou de pagar mais de R\$ 100 milhões em debêntures que venceram no dia 12 de março e nesta semana o banco Votorantim, que é dono dos títulos, resolveu ir à Justiça para tentar bloquear bens do grupo que possam garantir o pagamento da dívida.

O banco está pedindo o arresto da participação da Galvão na empresa CAB Ambiental. Segundo alega o banco, a empresa estaria em possíveis negociações para serventida. A instituição financeira está sendo defendida pelo escritório de advogados Tepedino Migliore Berzowski, o mesmo que conseguiu arrestar a participação da OAS na empresa Invepar, dona da concessão do aeroporto de Guarulhos, em processo bastante semelhante.

A advogada do caso, Kedma Moraes Watanabe, diz que toda a série de debêntures, principal e juros que está em posse do banco Votorantim teve vencimento já em fevereiro e desde então o banco negociou seis prorrogações. No último aditivo, no entanto, o banco exigiu pelo menos o pagamento de R\$ 5 milhões, o que não foi feito, e por isso decidiu ir à Justiça. Até o fim da semana passada, a dívida chegava a R\$ 109 milhões.

No processo judicial, consta que a Galvão Engenharia tem mais de 460 protestos em seu nome e outras 578 pendências financeiras. De acordo com os últimos balanços das empresas do grupo, a dívida estaria por volta de R\$ 2,6 bilhões. A empresa não quis comentar. / J.G.

Supremo mantém bloqueio de bens de Gabrielli e Cerveró

● A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal decidiu ontem manter bloqueados os bens do ex-presidente da Petrobrás José Sergio Gabrielli e de outros cinco ex-dirigentes da estatal conforme determinado pelo Tribunal de Contas da União em razão do prejuízo de US\$ 792 milhões pela compra da refinaria de Pasadena (EUA).

Também pediam a liberação do congelamento patrimonial os ex-diretores Nestor Cerveró e Renato Duque – réus da Lava Jato –, além de Almir Barbassa, Guilherme Estrella e Luís Carlos Moreira Silva. Em agosto, o ministro-relator, Gilmar Mendes, negou o pedido dos ex-gestores para derubar a decisão do TCU. Ao levar o caso para análise da 2ª Turma do STF, manteve a decisão e foi seguido pelos demais ministros. / BEATRIZ BULLA e TALITA FERNANDES

Sônia Racy No prerrogação

O STJ fez um gol no Morumbi. Obrigou o São Paulo e a FPF a pagarem R\$ 1 milhão a um torcedor que caiu da rampa do estádio – há 20 anos – e ficou incapacitado para o trabalho.

25 MAR 2015

PAINEL

BEMPARANÁ

Salário

Banco não pode, sem autorização, reter salário de cliente para cobrir saldo de conta negativa. O entendimento é da 2ª Câmara Comercial do TJ de Santa Catarina.

Importação

Não incide IPI sobre carro importado para uso próprio, pois fato gerador deste tributo é a operação de natureza mercantil, no qual não se enquadra o consumidor final. O entendimento é da 1ª Seção do STJ.

Penhora

O devedor que oferece a própria casa onde mora como garantia de crédito pode ter o imóvel penhorado. O entendimento da 3ª Turma do STJ.

Sobrenome

Filho abandonado pelo pai na infância pode excluir sobrenome paterno do seu nome. A decisão é da 3ª Turma do STJ.

Constitucionalidade I

Associação de magistrados estaduais não legitimidade para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF. O entendimento é do ministro Luiz Fux, do STF.

Constitucionalidade II

É cabível Ação Civil Pública para controle de constitucionalidade. O entendimento é da 2ª Turma do STJ.

Barrado

Ser barrado por porta giratória de banco, salvo em situações extremas, não dá direito a indenização por dano moral. O entendimento é do TRF da 3ª Região.

Bebidas

Entra em vigor lei que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente que torne crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, bebida alcoólica a menores de 18 anos.

Direito sumular —

Súmula nº 485 do STJ - A Lei de Arbitragem aplica-se aos contratos que contenham cláusula arbitral, ainda que celebrados antes da sua edição.

CNJ vai revisar decisão que absolveu juiz parado em blitz da Lei Seca

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu ontem que vai revisar uma decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que absolveu o juiz João Carlos de Souza Correa num processo disciplinar aberto após ele dar voz de prisão a uma agente do Detran que o abordou numa blitz da Lei Seca. Com a nova análise, os conselheiros podem entender que a decisão do TJ-RJ foi correta — o Tribunal condenou a agente de trânsito Luciana Silva Tamburini a pagar R\$ 5 mil ao juiz, por danos morais — ou propor um novo julgamento. Durante a abordagem, em 2011, após flagrar que o juiz estava sem carteira de motorista e sem a placa no carro, a agente quis guinchar o veículo. Correa tentou dar uma "carteirada". Em resposta, ela disse que ele era "juiz, mas não Deus"



Servidores fazem manifestação

Servidores da Justiça Federal de Curitiba fizeram uma manifestação na tarde de ontem, em frente à sede da Justiça Federal do Paraná, na Rua Anita Garibaldi. A manifestação foi em protesto contra a defasagem remuneratória da classe. Eles reclamam que o salário da categoria está defasado há nove anos, e já acumula perda de mais de 57% em relação à inflação do período. Ainda, os servidores dizem que outras categorias do serviço federal recebem mais apesar de executarem funções semelhantes.